

A Constituinte

A SESSÃO

O líder do PDS pede desculpas ao PMDB pelas ofensas

A sessão de ontem da Constituinte foi aberta com um pedido de desculpas do líder do PDS, deputado Amaral Neto, ao PMDB, pelos "excessos" que cometera na sessão noturna da véspera contra aquele partido. Depois foi a vez de o deputado João Agripino (PMDB-PB) acusar o PFL, por ter transmitido ao País a falsa imagem de que os parlamentares são omissos. Tudo isso, diante de um plenário já bastante desfalcado com o "recesso de Carnaval", que será oficializado hoje pelo deputado Ulysses Guimarães. Maior movimento, entretanto, foi registrado no aeroporto de Brasília, onde muitos constituintes transitaram apressados para garantir o retorno aos seus Estados.

Amaral Neto, afirmando não ser "homem de ofender em público e pedir desculpas em particular", assinalou reconhecer que fora "deseducado e malcomportado" na véspera, quando o PMDB retirou-se da sessão de votação do projeto de regimento interno, forçando seu adiamento. Amaral Neto, então, indignado, dissera que aquilo era "uma molecagem" do partido. Sob aplausos do PMDB, Amaral Neto e Ulysses Guimarães trocaram um abraço.

10 horas. Ontem, grande parte deles já havia retornado aos seus Estados.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, que esteve com Ulysses para acertar o "recesso de Carnaval", disse que ele era mesmo inevitável, porque dificilmente os parlamentares encontrariam lugar nos aviões para voltar a Brasília na quarta ou quinta-feira.

Os deputados do PMDB paulista justificaram seu retorno a São Paulo alegando precisarem participar da reunião da Comissão Executiva Regional do partido marcada para ontem à tarde. E o aeroporto viveu um clima de plenário, com muitos constituintes transitando apressados em busca de passagens. Entre eles, os senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e os deputados Tidel de Lima (PMDB-SP), Lélcio de Souza (PMDB-RS), Jorge Uequed (PMDB-RS), Farabullini Júnior (PTB-SP), Dirce Quadros (PSC-SP), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), que foi para o Rio, Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), José Serra (PMDB-SP), José Genoino (PT-SP), Luís Ignácio Lula da Silva (PT-SP), Luís Gushíen (PT-SP), Antônio Perosa (PMDB-SP), Roberto Torres (PTB-AL), Ayrton Sandoval (PMDB-SP) e Arnold Fioravante (PDS-SP).

Irma Passoni (PT-SP), Farabullini Júnior (PTB-SP) e Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), por seu lado, criticaram a atuação do líder governista Carlos Sant'Anna. Segundo eles, Sant'Anna criou todos os embaraços possíveis à aprovação do substitutivo do relator Fernando Henrique Cardoso, numa atitude "inaceitável" e "vergonhosa". A deputada petista disse ser "intolerável" a interferência do Executivo nos trabalhos constituintes.

Aeroporto

Com o anúncio oficial do "recesso de Carnaval", a ser feito hoje pelo deputado Ulysses Guimarães, poucos parlamentares estarão presentes na sessão de instalação do Congresso Nacional, domingo, às

O dilema, visto pelo governador: ficar com Ulysses ou Sarney?

Quem fica com o deputado Ulysses Guimarães e quem fica com o presidente Sarney? Esse foi o quadro que se delineou como resultado da votação do regimento da Assembléia Nacional Constituinte, na quarta-feira, e passou despercebido aos parlamentares do PMDB envolvidos na discussão, segundo avaliação feita ontem pelo governador eleito do Maranhão, Epitácio Cafeteira, amigo pessoal do presidente Sarney.

à maioria absoluta, reunindo os 118 parlamentares do PFL, os 20 do PTB, mais o PDS e representantes do PMDB, que no momento preciso acompanhariam o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

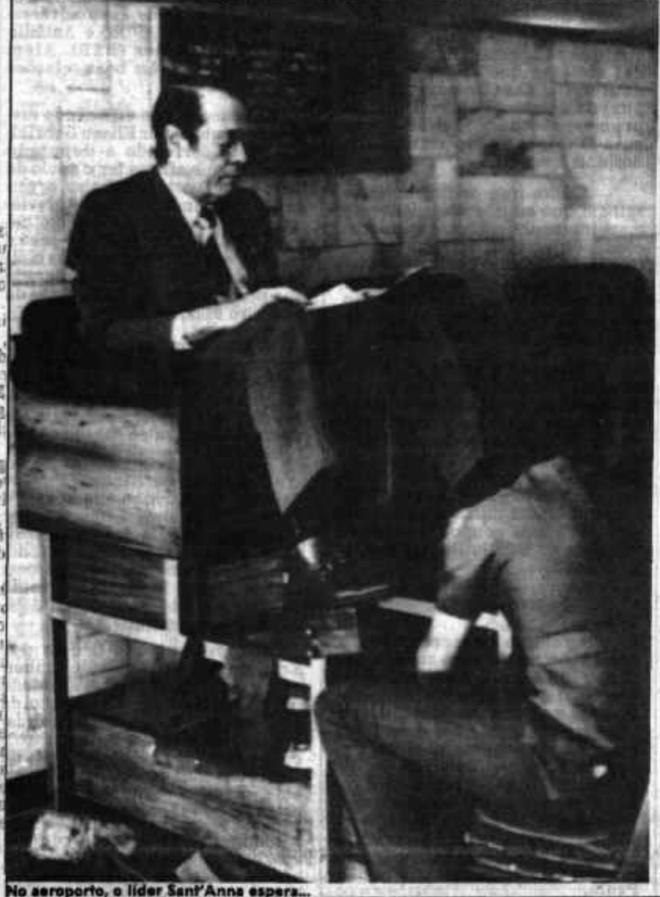
De acordo com Cafeteira, os deputados e senadores do PMDB, quando iniciaram as discussões para votação do artigo 57 do regimento, que institui a figura do "projeto de decisão", na verdade foram levados a votar contra o PFL. E nem se aperceberam que o alvo final do movimento era o presidente Sarney.

Enquanto assessores do presidente, embora reconhecendo o no-

vo perfil de sustentação do presidente na Constituinte, recusavam-se a afirmar que a Aliança Democrática acabou definitivamente, o governador do Maranhão foi enfático: "Essa aliança nunca se consolidou". O PMDB e o PFL, de acordo com Cafeteira, são como duas moças que têm o mesmo namorado (o presidente Sarney). A luta, agora, segundo a interpretação do governador eleito, é para ver quem fica com a simpatia do namorado. Cafeteira acha que alguns peemedebistas ainda não se aperceberam que estão adotando uma posição em favor de Ulysses Guimarães e contra Sarney e parte deles pode mudar de lado quando entender o que está acontecendo.



O plenário se esvazia: começa o carnaval.



Roberto Campos embarca...



... com Benedita Silva (PT-RJ).

O ARTIGO 57

Entenda o que é esse dispositivo e por que gerou o impasse político

Apenas um parágrafo de um artigo foi suficiente para adiar, pelo menos até uma semana depois do Carnaval, a votação do regimento interno para a Assembléia Nacional Constituinte, dividindo ao meio a Aliança Democrática: O parágrafo 7º do artigo 57, que prevê a possibilidade de apresentação de projetos de decisão, desde que inscritos pelo menos por um terço dos constituintes (187 parlamentares).

Segundo o texto de Fernando Henrique, na segunda versão do regimento, "os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidos nas demais propostas, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes; e serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão de votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

deputados e 46 senadores). "Esse projeto de resolução é um cheque em branco dado por nós ao PMDB", adverte o líder do PDS na Câmara, que alinha-se entre aqueles que consideram impossível mudar a atual Constituição antes da vigência da próxima, a não ser com o quórum qualificado de dois terços e através do Congresso Nacional. Como quer, por sinal, o próprio relator Fernando Henrique — só não querem isso os xitas do PMDB, que insistem em emendar a Constituição com maioria absoluta.

Toda a polêmica em torno desse parágrafo tem apenas uma razão de ser: a possibilidade aberta para que se possa emendar a Constituição vigente — alterando inclusive o mandato presidencial — por um quórum de maioria absoluta (exige-se atualmente dois terços) e sem necessidade de convocação do Congresso Nacional. A possibilidade aberta a várias interpretações deve-se segundo os críticos desse projeto, ao texto vago dado pelo relator do regimento, o líder do PMDB no Senado Fernando Henrique Cardoso.

Na interpretação dos políticos do PFL e do PDS, por exemplo, essa redação pode facultar tudo à Constituinte, desde revogar as medidas e o estado de emergência e o decreto-lei, como restabelecer suas prerrogativas e usar o projeto como uma pressão permanente contra o governo. Isso tudo com apenas a maioria absoluta de 280 votos (que o PMDB tem de sobra, com 305 parlamentares, sendo 259

A emenda apresentada pelo PFL tentou, segundo os líderes do partido no Senado, Carlos Chiarelli, e na Câmara, José Lourenço, resolver a questão da desconfiança gerada em torno da matéria. Eles propuseram, mas não foi aceita, a seguinte emenda: "Denomina-se projeto de decisão a proposição destinada a salvaguardar a Assembléia Nacional Constituinte face à superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça o seu funcionamento".

Após ter visto rejeitadas pelo relator do regimento da Constituinte suas duas emendas proibindo a manifestação de militares e outros funcionários do Executivo sobre matéria em deliberação pela Assembléia Nacional, o deputado Lysâneas Maciel pediu reinclusão desta cláusula proibitiva no substitutivo a ser votado e justificou-se: "É preciso ficar claro que não sou contra os militares, e sim contra o militarismo. Por isso considero válidos todos os meios para impedir que eles intervenham no processo político.

Os militares, por seu turno, vêem na posição do deputado pedetista uma atitude provocativa e enaltecem o "bom senso" do senador Fernando Henrique Cardoso em considerá-la não pertinente. "Que democracia é esta que o deputado diz defender, se apregoa o direito de cassar a livre manifesta-

ção de uma categoria?", indagou um oficial.

MILITARES

Lysâneas insiste: quer calar os oficiais.

Lysâneas Maciel, cassado ele próprio pelo governo militar do general Geisel, ironicamente por ter falado "demais", segundo os parâmetros utilizados na época, assegurou que sua tese de interdição da palavra aos dirigentes das unidades das Forças Armadas encontra respaldo junto aos seus compa-

nhieiros do Congresso Nacional. "Apenas acham — argumentou — que não se deve cutucar onça com vara curta."

O deputado pedetista disse ainda que baseou a elaboração de sua emenda na declaração do ministro do Exército, feita ao jornal O Estado de S. Paulo, segundo a qual o mandato presidencial deveria completar os seis anos previstos. A seu ver, estas manifestações dos ministros militares sobre matéria a ser deliberada pela Assembléia Nacional Constituinte "influenciam e impressionam os parlamentares, sobretudo os mais novos".